

O PAPEL DA PSICOLOGIA ESCOLAR DIANTE DE CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

THE ROLE OF SCHOOL PSYCHOLOGY IN CONTEXTS OF VIOLENCE IN SCHOOLS

SILVA, Alexia Jordane de Brito Teixeira ¹; SILVA Regina Flavia de Lima¹; BARRETO, Wanderson ²

RESUMO

Na elaboração deste trabalho, nosso objetivo foi demonstrar como se dá a atuação do psicólogo escolar e verificar a sua importância no enfrentamento das demandas de violência nas escolas, fenômeno crescente nos últimos tempos. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência realizado com uma psicóloga escolar atuante. Esta pesquisa, portanto, colaborou para que compreendêssemos a importância do psicólogo escolar e de como este pode atuar na prevenção e tratamento de casos de violência na escola de forma a torná-la um ambiente mais saudável para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Contexto escolar. Papel do Psicólogo. Psicologia escolar. Violência nas escolas.

ABSTRACT

In the preparation of this work, our objective was to demonstrate how the performance of the school psychologist takes place and to verify its importance in coping with the demands of violence in schools, a growing phenomenon in recent times. This is a descriptive, qualitative study, of the type of experience report carried out with an active school psychologist. This research, therefore, collaborated so that we understand the importance of the school psychologist and how he can act in the prevention and treatment of cases of violence at school in order to make it a healthier environment for all involved.

Keywords: School context. Role of the Psychologist. School psychology. Violence in schools.

¹ Alexia Jordane de Brito Teixeira Silva. Psicologia. alexiajordane@gmail.com

¹ Regina Flavia de Lima e Silva. Psicologia. reginaflaviapsi@gmail.com

²Wanderson Barreto. Mestre em Psicologia. wandersonbarreto@facunicamps.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A escola participa de forma determinante na sociedade, pois é responsável pela formação de novos cidadãos participando ativamente do desenvolvimento de pensamento crítico e reflexivo, estabelecendo a compreensão de direitos e deveres fundamentais à construção de uma sociedade (FREITAS, 2011). Reconhecendo o valor da escola, compreende-se a importância de um campo da Psicologia que seja direcionado e fundamentado a partir das necessidades da escola.

A psicologia escolar é um campo de atuação do Psicólogo que realiza intervenções no espaço escolar e atua nos processos de escolarização, bem como nas relações estabelecidas nesse meio, contribuindo assim para os processos de desenvolvimento humano e aprendizagem (ANTUNES, 2008).

Ao estabelecer a importância da escola para a sociedade e da relevância de um campo próprio da psicologia que atue diretamente nesse espaço, fica claro a pertinência deste trabalho que buscará responder à questão problema que nos levou a realizar esta pesquisa: qual o papel do psicólogo escolar diante de situações de violência nas escolas?

Como hipóteses iniciais acreditamos que não é possível combater o fenômeno da violência nas escolas sem compreender a importância do psicólogo escolar que irá atuar juntamente com equipe multidisciplinar, diretamente dentro desse espaço, de forma a desenvolver um ambiente mais saudável promovendo ações que beneficiem todo o corpo docente e discentes, assim como os seus familiares e comunidade.

A justificativa deste trabalho se baseia no fato de que a violência tem sido um problema de saúde pública com possível crescimento nas escolas, tornando-se imprescindível que se realize pesquisas para se compreender como os psicólogos, que atuam nas escolas, podem minimizar este problema que pode gerar consequências devastadoras, tanto individuais quanto sociais.

Com a promulgação da lei 13.935/2019 que prevê que as redes públicas de educação básica deverão contratar psicólogos e assistentes sociais que atendam às demandas educacionais, esta pesquisa foi motivada por considerar, em nossa experiência acadêmica, a desafeição dos acadêmicos para com a área da psicologia escolar, notando a necessidade de se trabalhar tanto na conscientização, quanto na disseminação de conhecimentos a respeito da importância do psicólogo para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais saudável.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo demonstrar como se dá a atuação do psicólogo escolar e verificar a sua importância no enfrentamento das demandas de violência nas escolas,

principalmente de forma preventiva e no resgate da autoestima dos alunos e professores, assim como no incentivo da participação da família e da comunidade no que diz respeito à saúde mental no espaço escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O início do século XX serve de marcador para transformações sobre a psicologia no Brasil e a Psicologia Escolar está inserida nesse contexto, e é nesse mesmo período que ela aparece no cenário internacional, academicamente falando, através da publicação de Thorndike intitulada *Educational Psychology*, e colabora com a criação da primeira revista sobre esse tema nos estados Unidos, a *Journal of Education Psychology* entre 1903 e 1910 (BARBOSA, 2012).

Antunes (2006) faz referência aos anos entre 1930 e 1962, como sendo um momento crucial para a psicologia no Brasil onde desponta como ciência e profissão, confirmando achados sobre ser este o período em que a psicologia se consolida e passa a status de área de conhecimento e atuação e, é também nesse momento que ocorre o desenvolvimento em vários campos, dentre eles: “ensino, aplicação, produção de estudos e pesquisas, publicações, organização de eventos científicos e organização em associações científicas e profissionais” (ANTUNES, 2006, p.91).

Ainda, nesse período, Barbosa e Marinho-Araujo (2010) afirmam que as produções científicas foram imprescindíveis para a divulgação de algumas das áreas da psicologia e em específico a psicologia educacional que aparece no cenário com publicações relevantes dentre as quais, a autora destaca: “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Revista de Pedagogia; Revista de Psicologia Normal e Patológica” (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.26).

Em 27 de agosto de 1962 é criada a profissão de psicólogo no Brasil através da Lei nº 4.119. Com a regulamentação da profissão, o campo da educação passou a ser secundário aos profissionais de psicologia no Brasil, pois apesar da sua constituição estar atrelada à educação, a preferência de profissionais e alunos era pela área clínica e organizacional (ANTUNES, 2008). Antunes (2008) ainda pontua que o forte interesse na área clínica contribuiu para que a atuação do psicólogo escolar estivesse atrelada ao modelo clínico terapêutico, sua atenção estava na dimensão individual onde a escola encaminhava as crianças que tinham problemas de aprendizagem ou outras manifestações que consideravam como distúrbios inerentes à própria criança.

Na década de 70 esse modelo reducionista começa a degradingolar passando por críticas advindas, tanto de educadores quanto de psicólogos que desaprovavam o olhar patologizante disseminado por essa tendência e que era visto com desconfiança por grande parte dos profissionais da área pelo fato de que determinantes sociais, culturais e principalmente pedagógicos eram considerados irrelevantes e as ações e interpretações se davam a partir de uma visão inatista (OLIVEIRA-MENEGOTTO; FONTOURA, 2015). Antunes (2008) acrescenta que houve críticas ao encaminhamento de alunos com deficiência, ao que consideravam como "educação especial", o que só contribuía com estigmas e preconceitos, bem como, a utilização de testes que reforçavam os problemas de aprendizagem de forma individualista.

A psicologia escolar foi uma das primeiras áreas a criticar o modelo inicial de atuação do psicólogo, sendo capaz de ampliar seus conhecimentos, num pensamento crítico que visava compreender principalmente as relações estabelecidas no ambiente educacional (SOUZA, 2009). E é nesse contexto de insatisfação e busca por melhorias para a área que surge ao final da década de 80 e início da década de 90, a ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional), que participa, desde então, da “divulgação de reflexões acerca da identidade do psicólogo escolar, dos conhecimentos psicológicos que se aplicam à área e das possibilidades de atuação em espaços educacionais” (BARBOSA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p.396).

Outro marco importante da psicologia escolar no Brasil, deu-se através do Projeto de Lei nº 3.688 de 2000. Inicialmente essa lei previa o atendimento prestado por assistências sociais em caráter obrigatório nas escolas públicas de educação básica, mas a partir de 7 de agosto de 2007, seu texto foi modificado de forma a acrescentar que, além do serviço social deve haver a presença de psicólogo, reconhecendo a importância desses profissionais no ambiente escolar (FREITAS, 2020).

Durante quase 20 anos desde a criação desse projeto de lei, houve muitos percalços a serem enfrentados com diversos movimentos sociais assim como de profissionais de psicologia, serviço social e profissionais de educação para sustentar a importância da aprovação do Projeto de Lei e, em 11 de dezembro de 2019, foi aprovado, tornando-se a Lei 13.935 (FREITAS, 2020). Freitas (2020) coloca ainda que, com a promulgação desta lei abriu-se novos caminhos aos psicólogos escolares no que diz respeito ao reconhecimento de sua importância, assim como a novas reflexões a respeito da atuação desses profissionais bem como, da aprimoração dos currículos das universidades de futuros profissionais de modo a contemplar a nova realidade. Além disso, Brasil (2019) acrescenta:

Art.1º as redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais.

§ 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais.

§ 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino (BRASIL, 2019, Art. 1º).

Considerando sua grande importância na compreensão dos processos educacionais e escolares, o psicólogo, em suas atribuições, deve compreender a escola como sendo um processo, observando suas demandas e se comprometendo a pensá-las criticamente em buscas das melhores condições de resolução ou enfrentamento (DAZZANI, 2010). Dazzani (2010) reitera que, o psicólogo trabalha ainda na prevenção e promoção de saúde integrando equipes multidisciplinares para que, juntos, possam diminuir situações de riscos, fracassos escolares e demais fatores que causem prejuízos à saúde mental de todo esse corpo que integra a instituição. Nesse sentido,

o psicólogo atuaria na mediação de conhecimentos, valores, normas e atitudes positivas, auxiliando tanto os profissionais quanto os alunos a lidarem com suas emoções, criando espaços para a expressão de afeto e contribuindo para a reflexão e melhoria das relações sociais na escola (FREIRE; AIRES, 2012, p. 59).

No que diz respeito às queixas escolares, faz-se necessário estar cada vez mais atento para não recair ao processo de patologização presente no nascimento da psicologia escolar; cabe então, ao psicólogo escolar, a reflexão de que estas queixas não são como problemas emocionais banais e sim um reflexo de suas relações constituintes (SOUZA, 2009). Bertasso (2022) descreve ainda que, diante de tais queixas cabe ao psicólogo escolar verificá-las em sua totalidade, assim como, reconhecer os processos escolares das quais fazem parte nas salas de aula e na relação de ensino/aprendizagem “sem perder de vista as políticas educacionais que permeiam o funcionamento da escola” (BERTASSO, 2022, p.121).

Quanto aos encaminhamentos a outros profissionais especializados, Martinez (2009) alerta que estes só deverão ser feitos em casos excepcionais, identificando junto a equipe da escola que esta é a única "saída" pois, esse tipo de encaminhamento contribui para uma resistência da família e da criança. Martinez (2009) descreve ainda que os diagnósticos devem ser feitos de maneira minuciosa e que abarque a gênese das dificuldades escolares, e, partindo desse princípio, é necessário que se utilize de diversos instrumentos e ações, como observação

dos alunos, do ambiente e de suas interações bem como, da utilização de jogos e atividades de forma a integrar os conhecimentos a respeito destas dificuldades.

O que possibilitará o bom trabalho do psicólogo escolar não é sua habilidade em dar respostas às questões que surgem nesse ambiente, e sim sua capacidade de contribuir ao exercício em redes, compreendendo as singularidades de cada sujeito desse ambiente, e enriquecendo-o com seu conhecimento e habilidades de planejamento, desenvolvimento e das possibilidades de intervenções (CFP, 2019). Através de ações preventivas no ambiente escolar, o psicólogo poderá desenvolver estratégias de habilidades sociais, habilidades de resolução de conflitos assim como, nas dificuldades de aprendizagem, podendo assim contribuir para o desenvolvimento cognitivo humano e social da comunidade escolar (CASSINS et.al, 2007).

Entre os papéis exercidos pelo psicólogo escolar, destaca-se a sua colaboração na organização dos serviços a serem prestados conforme a necessidade de cada ator da escola, e uma articulação entre os diversos contextos educacionais (PEGO, 2014). No cenário escolar o trabalho do psicólogo é nos bastidores, sua visão deve ser integrada e ter muito respeito ao papel do professor como educador, sendo assim, o seu papel é de contribuir para a reflexão, orientação e construção de conhecimentos sempre trabalhando em conjunto com toda a equipe que compõem a escola (ESCOLA [s.d.]).

O psicólogo escolar utiliza de seus conhecimentos emocional, cognitivo e social para compreender o processo ensino/aprendizagem e, portanto, a sua participação na equipe multidisciplinar torna-se muito relevante para juntamente com a equipe, pensar as melhores estratégias de manejo seja dos conteúdos a serem ensinados, seja na própria relação que se estabelece nesse lugar entre todos os atores constituintes (CASSIS *et al.*, 2007).

Dentre as atribuições do Psicólogo escolar, está: "Colaborar com ações de enfrentamento à violência e aos preconceitos na escola;" (CFP, 2022, p.36). O papel da psicologia escolar é compreender os conflitos que se dão no espaço escolar, de modo a intervir como mediadora, pois desta maneira será possível levar a orientação a todos os atores da escola para que esses em conjunto, consigam realizar as suas funções nesse ambiente na formação de todos os sujeitos promovendo a sociabilidade (FERREIRA; OLIVEIRA; TADA, 2021).

2.1. Violência nas escolas

Considerada como um fenômeno inerente à existência humana, a violência é definida como uso intencional da força física ou de poder, ameaças contra si ou contra os outros e que

resulte em morte, danos físico ou psicológico, perturbação do desenvolvimento ou privação (NESELLO *et al.*, 2009). Os autores colocam ainda que o interesse em compreender a violência no contexto escolar se deve principalmente ao fato de demonstrar o fracasso no alcance dos objetivos mais amplos da escola como educar, ensinar e aprender (NESELLO *et al.*, 2009).

A violência por si só não é um fenômeno novo, sendo associada a manifestações de sobrevivência e poder desde os tempos antigos, no entanto torna-se motivo de preocupação por serem atos de incivilidade que violam um dos direitos mais importantes - o direito à vida - (SILVA; NEGREIROS, 2020). No que diz respeito à definição de violência é necessário compreender que este deve ser explicado a partir de determinações culturais, políticas, econômicas e psicossociais (PRIOTTO; BONETI, 2009).

A violência tem ocupado um grande espaço em nosso meio, crianças e jovens têm sido expostos a ela através de jogos, desenhos, e outras redes da internet e é também através da mídia que o acesso às informações dos atos de violência teve um crescimento acentuado nos últimos tempos, deixando claro que a televisão e a internet passaram a ser um meio de propagação da violência (PEREIRA, 2014).

Segundo Silva e Negreiros, a violência se manifesta em vários lugares e tem diversos formatos, no entanto, tem sido muito associado ao ambiente escolar gerando grande preocupação, pois esse deveria ser um ambiente seguro e propiciador do processo de aprendizagem e desenvolvimento social do indivíduo (SILVA; NEGREIROS, 2020).

Nesse sentido, Priotto e Boneti denominam violência escolar como sendo:

todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola no ambiente escolar (PRIOTTO; BONETI, 2009, p. 162-163).

No que tange à diferenciação dos termos violência na escola, violência da escola e violência contra a escola, Priotto e Boneti (2009), definiram estas como sendo: a violência na escola é aquele que ocorre no cotidiano da escola praticadas por alunos e ex-alunos, professores ou quaisquer funcionários, envolvendo todos os indivíduos pertencentes a escola seja como vítima ou agressores; violência da escola são práticas da instituição contra seus membros como fracassos escolares, preconceitos, expulsão, intimidação etc. Já a violência contra a escola, pode ser representada pelos atos de vandalismo, incêndios e destruição de qualquer patrimônio da instituição (PRIOTTO; BONETI, 2009).

Entre os fatores associados à violência escolar os autores citam ainda que os principais são a desestruturação familiar, a falta de limites e de referências de comportamentos, exclusão social, tráfico de drogas, falta de oportunidades, influência das mídias, tempo livre e ociosidade (PRIOTTO; BONETI, 2009).

De acordo com Souza e Almeida (2011), para se conhecer a respeito da violência nas escolas, tem sido realizado diversos estudos principalmente quanto a violência entre seus pares - o chamado *Bullying* - e os mesmos autores reiteram ainda que tem sido preocupante a prevalência de jovens invadindo escolas, cometendo homicídios e suicídios, situação que tem sido vinculada a agressão entre seus pares (SOUZA; ALMEIDA, 2011).

Bullying é o termo inglês usado para designar um dos tipos de violência, surgiu da palavra “*bully*” que significa valentão e se caracteriza como atos violentos como ridicularizar, discriminar, ofender, humilhar (SILVA, 2018). Apesar de ser um fenômeno que sempre ocorreu no espaço escolar, seja em escolas públicas ou particulares, hoje tem se estendido através das redes sociais, disseminando este tipo de violência através de mensagens pela internet (PRIOTTO; BONETI, 2009).

Por meio da tecnologia, as vítimas que antes se sentiam livres das investidas ao sair do ambiente escolar, hoje encontram-se em constantes ataques que atingem proporções muito maiores e o mesmo autor complementa que, mesmo diante do *cyberbullying* - que é o *bullying* praticado por meio da internet - a escola exerce papel fundamental pois, muitos estudantes fazem denúncias desse sofrimento aos professores, que devem alertar sobre o uso indevido das redes, bem como relatar tais fatos à direção escolar (FANTE; PRUDENTE, 2015).

Mesmo estando diante de um problema de ordem mundial e persistente na sociedade, é perceptível o despreparo das escolas e familiares para lidar com esse assunto, que vai sendo ignorado ou omitido na maioria das vezes ou até confundido com indisciplina (SILVA, 2018). Ressalta-se ainda, a fragilidade diante das situações de *bullying*, pois os alunos não têm encontrado um suporte social, havendo omissão e falta de manejo por parte da escola (ZEQUINÃO *et al.*, 2016).

Apesar do *bullying* ser um problema originado nas instituições escolares, ele não pode ser visto de maneira isolada pois, nota-se que a vulnerabilidade de estudantes advindas de violências domésticas, servem como um impulsor para este ser vítima ou agressor, ou seja, esse tipo de violência apenas reforça um problema preexistente (SILVA, 2018). Fante encontrou em seus estudos que 80% dos agressores relatam que, a causa de seus comportamentos agressivos se deve à reprodução dos maus-tratos sofridos em casa e na escola (FANTE, 2002).

Freud colocou o trauma como sendo resultado de uma fragilidade, pois há uma quantidade de estímulos do qual o psiquismo do sujeito consegue suportar, ao atingir esse limite que é formado pelos mecanismos de defesa psíquica, há uma desorganização que influi diretamente na capacidade de gerar respostas adequadas a situações impostas (SOUZA, 2019). Souza (2019) confirma em seus estudos que, apesar de qualquer pessoa poder ser atingida, mesmo tendo defesas psíquicas adequadas, é clara a fragilidade desse "escudo" para aqueles que não tiveram dos pais e adultos as respostas adequadas ao confrontar-se com estímulos internos (fome, sede, frio, desconforto etc.). Ou seja, o sujeito que vivenciou anteriormente violências físicas e/ou psicológicas em seu ambiente familiar, terá diante da vivência com situações *de bullying*, traumas ainda maiores (SOUZA, 2019).

Várias são as intercorrências geradas pelo *bullying*, algumas delas, de acordo com Silva (2018), são: “depressão, baixo autoestima, angústia, isolamento, evasão escolar, autodeflagração, muitas apresentam comportamento agressivo, déficit de concentração, prejuízos no processo socioeducativo e nos casos mais extremos o suicídio” (p. 31).

Ortega e Rey (2002) expõe que vítimas de violências de seus iguais ao se perceberem sem os devidos recursos para "fugir" da violência podem vir a converter-se em agressores. Silva (2018) acrescenta ainda que as vítimas desse tipo de violência, tomadas por sentimentos de raiva e vingança podem vir a se tornar delinquentes capazes de cometer outros crimes.

Carreira (2005) reitera que os conflitos não resolvidos podem converter-se em atos de violência e não podem ser resolvidos através de força e coerção, pelo contrário deve ser visto em sua dimensão social, abrindo margem para sua resolução através da mediação e da negociação. Fante afirma que, aos jovens que cometem infrações, são adotadas medidas socioeducativas onde só é importante o ato infracional, deixando de lado as motivações de antes, durante e depois e o contexto que se deu estas motivações e pontua ainda que estas práticas estão atreladas a um sentido de penalização do sujeito que é visto como o problema a ser combatido, como se magicamente este, ao ser punido, passaria a amar o outro a quem anteriormente ele feriu (FANTE; PRUDENTE, 2015).

A violência nas escolas, em especial o *bullying*, deixa clara a urgência em mapear o problema de forma a sensibilizar a sociedade quanto às ações contrárias aos valores que regem um grupo ou sociedade a que são submetidos os alunos nas escolas (TOGNETTA; VINHA, 2010). Portanto, fica evidente a necessidade da participação efetiva de todos os agentes educativos no combate ao *bullying*, assim como na elaboração de estratégias de intervenção que abarquem a necessidade de cada grupo social (ZEQUINÃO *et al.*, 2016).

Freire e Aires (2012) descrevem que na compreensão do *bullying*, faz-se necessário que se perceba as dimensões sociais, educacionais, familiares e individuais para que não haja uma minimização do fenômeno ao culpar coisa ou outra, que não a relação e o resultado dos processos ocorridos em todo ambiente que o sujeito vive.

Nesse ínterim, Lisboa diz da necessidade em se compreender que os comportamentos agressivos se dão a partir do entendimento de que, ao se identificar os porquês, pode-se intervir de maneiras mais eficazes através de métodos de prevenção e intervenção (LISBOA, 2005). Não nos interessa, portanto, responder à pergunta: “de quem é a culpa? ”, de forma a encontrar um culpado, pois essa situação demanda esforços no enfrentamento da violência escolar a fim de promover saúde onde toda a comunidade social deve fazer parte.

Ortega e Rey (2002) concluem que, apesar de seu caráter cognitivo de ensino, a escola deve voltar-se à dimensão humana de seus alunos e professores pois, a escassez desse olhar para o humano e social produz efeitos negativos e impossibilitam a compreensão dos problemas de convivência no ambiente escolar. Por fim, a escola como um ambiente de convívio em grupos, deve ser compreendida dentro dessas relações grupais, sendo assim, faz-se necessário uma cooperação de todos que convivem nesse ambiente para que haja qualidade nessas relações de forma a garantir um espaço de convivência pacífico e democrático (ORTEGA; REY, 2002). Logo, apesar da difícil tarefa, acredita-se que para combater a violência deve-se aplicar esforços através de ações de mais tolerância, solidariedade, capacidade de negociação e solução de conflitos, bem como do reconhecimento da cidadania do outro revendo todas as relações sociais (SOUZA; OVIDIA, 2012).

3 MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência. De acordo com Mussi, Flores e Almeida (2021), “o relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção” (p.65).

Os processos metodológicos a serem adotados neste trabalho irão possibilitar a compreensão de como se dá a atuação dos psicólogos nas escolas e como essa atuação pode prevenir o possível crescimento da violência reduzindo as consequências individuais e sociais. Nesse sentido, consideramos apropriado a descrição da experiência de uma psicóloga que atua

na área escolar, por meio do qual pretendeu-se coletar dados relevantes para apresentar a importância e a necessidade da atuação do psicólogo escolar nesse contexto.

PARTICIPANTE

A psicóloga entrevistada é doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP); Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás (2016) em processos psicossociais e educacionais; possui graduação e licenciatura em Psicologia pela mesma instituição (2010); Psicóloga Escolar na Equipe Multiprofissional de Apoio à Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de um município do Estado de Goiás e professora universitária no curso de Psicologia numa faculdade privada em outro município do mesmo Estado (Texto informado pelo autor).

INSTRUMENTOS

Para esse trabalho foram utilizadas duas entrevistas semiestruturadas com a mesma profissional, porém, em datas diferentes. No primeiro momento, a entrevista foi realizada no dia 08 de outubro de 2020 e foi mais direcionada à área de atuação profissional. No segundo momento, a entrevista foi realizada no dia 12 de maio de 2023 e objetivou compreender a importância do psicólogo escolar dentro do contexto de violência nas escolas em caráter preventivo e como o cumprimento da lei 13.935/2019 pode ajudar nesse processo.

Tendo em vista os objetivos levantados para o mesmo, na entrevista de 2020 foram formuladas 20 perguntas abertas e aplicadas a partir de uma entrevista semiestruturada - na qual foram acrescentadas 02 perguntas - com uma Psicóloga que atua na área Escolar por meio do qual pretendeu-se coletar dados relevantes para apresentar como se dá a atuação do psicólogo escolar verificar a importância desse profissional. Para a segunda entrevista realizada em maio de 2023, foram formuladas 07 perguntas abertas aplicadas durante entrevista semiestruturada na qual não foi acrescentada nenhuma pergunta.

Foram utilizados para a primeira entrevista: computador para acessar a plataforma de videoconferência Google *Meet*, caderno e canetas. A entrevista teve duração de 2 horas e meia – iniciou às 20h:30min e terminou às 23h:00min -, foi toda rascunhada e posteriormente revisada e transcrita; para a segunda entrevista foi utilizada a mesma plataforma, acessada através de notebooks e um celular para a gravação da entrevista. Este procedimento foi devidamente autorizado pela entrevistada, teve início às 09h:25min e terminou às 10h:03min – 38 minutos no total – e foi transcrita logo após o final da mesma. As entrevistas aconteceram em horários pré-definidos, acordados entre as entrevistadoras e a entrevistada.

PROCEDIMENTO

A escolha do profissional em Psicologia Escolar se deu através de referência de um professor da nossa instituição. Ele mandou os nomes de duas psicólogas escolares - optamos pela que nos retornou primeiro - e através de uma rede social, o *Instagram*, realizamos o convite para a mesma que, depois de saber o tema da pesquisa, aceitou participar, solicitando o envio do Termo de consentimento Livre e Esclarecido pelo e-mail no dia 05 de outubro de 2020 que foi assinado eletronicamente e devolvido via e-mail. Em seguida, passamos a utilizar outro aplicativo para nos comunicarmos, o *WhatsApp*.

A participante pediu que enviássemos as perguntas antecipadamente para que ela se preparasse para a entrevista e assim foi.

Realizamos a primeira entrevista no dia 08 de outubro de 2020 pela plataforma do *Google Meet*, numa reunião on-line que teve início às 20h30min – único horário que ela tinha disponível - e durou duas horas e meia, finalizando às 23h:00min. Com um questionário de 20 perguntas, tendo duas perguntas adicionais. Tudo foi devidamente anotado e transcrito e encontra-se em anexo.

A dinâmica utilizada na realização da primeira entrevista se deu a partir da divisão dessas perguntas entre as duas discentes, cada uma realizou-se 10 perguntas para a entrevistada, dividimos as perguntas em três tópicos que seria relevante para nosso conhecimento enquanto possíveis atuantes na área: Atuação na profissão, População atendida e Mercado de trabalho, onde a Psicóloga contribuiu respondendo sobre as mudanças e adaptações nesse novo modelo de trabalho em diferentes setores da sociedade, sobre suas experiências, vantagens no processo educativo, o acolhimento, a relevância do trabalho em equipe multidisciplinar e das oportunidades no mercado de trabalho.

A alternativa encontrada para a realização da entrevista foi utilizar a plataforma de videoconferência *Google Meet*, principalmente pelo avanço da pandemia no Brasil, que estava em seu ápice.

Nesta segunda parte dos procedimentos, seguimos a seguinte sequência: entramos em contato com nossa entrevistada no dia 04 de maio de 2023 através do aplicativo de conversa *WhatsApp*, convidando-a para uma nova entrevista que pudesse complementar a realizada em 2020. Nossa entrevistada retornou no mesmo dia e apesar de estar muito atarefada, pediu que enviássemos as perguntas para uma avaliação e somente depois nos daria uma resposta. Enviamos as perguntas em PDF, através do mesmo aplicativo de mensagem. Após isso, marcamos a entrevista para o dia 12 de maio de 2023 e ficamos combinadas que seria via

Google Meet, pela facilidade e rapidez que esse formato propõe. Essa segunda entrevista teve início às 09h:25min e terminou às 10h:03min. Nossa entrevistada permitiu que a entrevista fosse gravada, o que foi feito através do gravador de voz de um aparelho celular. Ao término da entrevista procedeu-se imediatamente a transcrição da mesma e consta do anexo deste trabalho.

Conduzimos a entrevista realizada em 2023 do mesmo modo que a de 2020, a entrevistadora 1 iniciou fazendo os agradecimentos iniciais e já fez a primeira pergunta e passou à segunda entrevistadora a pergunta número 2 e assim seguiu-se o formato até a sétima pergunta. Ao final da entrevista seguimos a mesma ordem nos agradecimentos finais. Por se tratar de uma entrevista semiestruturada, foram acrescentadas apenas falas no intuito de dinamizar a entrevista. Eram 07 perguntas neste segundo momento e nenhuma pergunta foi acrescentada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo é o relato da experiência de uma psicóloga escolar atuante e que traz informações relevantes quanto a importância desse profissional dentro do ambiente escolar. A partir da entrevista realizada verifica-se que, no que se refere à atuação do psicólogo escolar muitas são as possibilidades. Sob essa condição, considera-se que a psicologia escolar tem tomado uma nova postura com relação ao todo escolar, ou seja, conforme nossa participante, a atuação do psicólogo abrange, além do aluno, os pais, os professores e toda a comunidade que de alguma forma se relaciona com a escola. Para ela, a psicologia escolar tem reconhecido seu lugar e tomado uma postura que, de fato, tem condições de desenvolver seu papel social que, além do acolhimento do próprio aluno, promove também a orientação e acolhimento aos pais, acolhimento e formação dos professores, visitas domiciliares com assistentes sociais, adaptação curricular de crianças com necessidades específicas, atendimento educacional especializado, cursos, projetos escolares, dentre outros. Santos *et al.* (2023) diz que o acolhimento do aluno faz com que ele se torne parte do processo grupal, utilizando para esse fim, estratégias diversas dentro e fora do ambiente escolar, propiciando assim, a facilitação dos processos de aprendizagem e favorecendo a prevenção de problemas relacionados tanto à saúde mental quanto emocional do grupo.

Uma questão curiosa citada por nossa participante nesse contexto é que existem certas questões que podem ir além das funções do profissional, feitas de maneira voluntária para benefício das pessoas. Por exemplo, a profissional informou a ocorrência de situações como o

auxílio dos profissionais da escola em “buscar” um emprego para o pai de um dos alunos. Por mais que essa não seja uma função do psicólogo escolar, esta atitude gera maior engajamento, fazendo com que as crianças/adolescentes permaneçam o tempo necessário na escola e não evadindo da mesma. Fatores externos ao ambiente escolar ligados à família, ao trabalho, às desigualdades sociais e econômicas etc., por vezes, podem impactar na presença dos alunos. Conforme o site Agência de notícias do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstra que 11,8% dos alunos deixaram de frequentar a escola em situações de perda financeira em 2018. Oliveira e Marinho-Araujo (2009) falam da necessidade em se observar que a atuação do psicólogo escolar não está reduzida em sentido relacional e preventivo à escola, antes se estabelece também a partir de projetos que abarcam, além das questões de aprendizagem, a relação: professor, aluno, família e sociedade. Sendo assim, por mais que não seja uma função do psicólogo, esse tipo de ação pode auxiliar o desenvolvimento da comunidade e gerar uma sensação de pertencimento, sendo positivo quando não obrigatório.

A partir desse entendimento percebe-se que o acolhimento, o desenvolvimento de projetos, dentre outras ações que promovam o sentimento de pertencimento e vinculação dos alunos à escola, são estratégias imprescindíveis dentro desse contexto. De acordo com Brondani e Arpini (2019), a escola pode, principalmente, a partir do desenvolvimento de vínculos entre professor/aluno, representar na vida dos estudantes, um lugar de referência e que exerça função significativa nas relações como um todo. Isso é evidenciado pela participante ao mencionar que a quantidade de tempo que a criança costuma ficar na escola, em interação com professores e demais profissionais da instituição, servem para gerar situações de segurança, inclusive para possíveis casos de denúncia ou de situações de risco que a criança/adolescente esteja vivenciando em outros locais.

Há que se acrescentar que o trabalho realizado, juntamente com outros profissionais que formam a equipe multidisciplinar - assistentes sociais, pedagogos, fonoaudiólogos etc. -, tem desenvolvido estratégias e ações para o não adoecimento dos professores e de outros profissionais da educação, pleiteando melhores condições de trabalho para eles. Nossa entrevistada traz essa questão de forma muito específica quando fala sobre a atuação na área pedagógica, segundo ela: “ faz parte da psicologia escolar reivindicar melhores condições de trabalho para os professores e lutar por isso, se tem uma professora adoecida, a doença dela dá notícia de que algo está errado no ambiente de trabalho” e prossegue: “agimos no cuidado para o não adoecimento dos professores, criando cursos, pensando em estratégias de cuidado, de ressignificação da escola, em criar ambientes escolares com mais contato com a natureza e o ar livre etc. (PARTICIPANTE, 2020). Nesse sentido, De Oliveira e Marinho-Araújo (2009),

afirmam que ao professor cabe a mais importante tarefa no processo educacional, visto que é ele quem media a relação aluno/aprendizagem, por esse motivo faz-se necessário que este esteja atento aos diversos recursos disponíveis para desenvolver essa atribuição e, para que esse processo seja atendido, é extremamente importante que o docente esteja usufruindo de certo bem-estar e é nesse momento que o psicólogo escolar exerce seu papel tanto de promotor de saúde mental quanto de reivindicar melhores condições de trabalho no intuito de minimizar intercorrências próprias dessa atividade.

Quando questionada sobre a importância do psicólogo na escola, em vários momentos, nossa participante aponta o psicólogo escolar como coadjuvante em todos os processos escolares, seja na promoção da aprendizagem, no desenvolvimento pessoal e social dos discentes, na formação dos professores, na busca de estruturação da escola como um todo e, sinaliza que, como protagonista, ele exerce papel imprescindível no enfrentamento das demandas de violência nas escolas juntamente com os demais membros da equipe multidisciplinar. Quando nossa participante fala sobre esse protagonismo ela assevera que: “não dá pra gente pensar que, beleza, vou contratar um psicólogo, não vai ter mais violência na escola!” e acrescenta: “esse raciocínio direto desta forma na minha opinião não cabe, então por isso acho até perigoso fazer essa relação tão direta, porque daí coloca o psicólogo como um ‘salvador’ da escola...e a gente não tem poder para isso!” (PARTICIPANTE, 2023).

Num segundo momento foram feitas perguntas sobre como se dá a atuação do psicólogo em possíveis situações de violência nas escolas por se tratar de um assunto latente e persistente nos noticiários nos últimos meses no Brasil e, que teve um crescimento acentuado nos últimos tempos, ao que nossa participante disse não ter experienciado nada parecido com o que tem acontecido no Brasil, mas que sim, já atuou profissionalmente em duas ou três situações neste contexto. Segundo ela, em certa ocasião, durante uma briga na escola de ensino fundamental 1, “um dos meninos deu um chute muito forte no abdômen do outro menino, e esse menino foi parar no hospital com ‘perfuramento’ de algum órgão interno” E continua: “fui no hospital, enquanto representante da escola e da Secretaria Municipal de Educação, conversar com a família, conversar com a criança, e também participei da conversa com os pais da outra criança que foi a criança que deu chute”. Num outro momento ela conta que: “uma criança de 6 anos, levou uma faca pra escola..., porque o coleguinha estava implicando com ela, daí a gente chamou urgentemente a mãe da criança, que reconheceu a faca como sendo uma faca da casa dela”. Nesse sentido, conforme ela explica, o psicólogo escolar participa como conciliador, orientador e articulador de ações que atendam a essas

demandas junto à familiares, ao próprio aluno, dentro da escola, etc., no intuito de conscientizar e promover transformações nas percepções destes.

Uma fala bastante significativa, diz da importância em se trabalhar essa conscientização, evidenciando a inevitabilidade de se empenhar em prol, principalmente, do bom relacionamento entre os colegas, professores e demais pessoas que convivem dentro da escola. Sobre isso ela diz: “A gente conversa com os alunos no sentido de conscientizar os alunos de que a gente precisa ter na escola um bom convívio..., mas, mais do que isso é proporcionar a esse aluno junto com os professores..., a possibilidade de se vincular a escola...pros alunos perceberem, pros alunos enxergarem...a escola como um lugar que vale a pena ser frequentado, um lugar que vale a pena ser vivido..., a gente tem que trabalhar um pouco nesse sentido com os alunos”. (PARTICIPANTE, 2023). Ortega e Rey (2002) corroboram com este achado quando afirmam que, a escola como um ambiente de convívio em grupos, deve ser compreendida dentro dessas relações grupais, sendo assim faz-se necessário uma cooperação de todos que convivem nesse ambiente para que haja qualidade nessas relações de forma a garantir um espaço de convivência pacífico e democrático (ORTEGA; REY 2002).

Acrescenta-se ainda que, ao relacionarmos a atuação do psicólogo escolar aos contextos de violência nas escolas, vale pontuar que de acordo com Silva e Negreiros (2020), a violência, a tempos se associa a manifestações de sobrevivência e poder porém, por se tratar de atos de incivildades, tem gerado muita inquietação pois, violam um direito importantíssimo que é o direito à vida e que segundo o mesmo autor, se manifesta em vários lugares e tem diversos formatos, e que tem sido paulatinamente associada ao ambiente escolar, gerando grande preocupação pois, esse deveria ser um ambiente seguro e propiciador do processo de aprendizagem e desenvolvimento social do indivíduo (SILVA; NEGREIROS, 2020).

Sabendo disto, percebe-se que o *bullying* é um desses formatos e, por consequência, um dos principais geradores de violência, visto que ocorre não somente dentro do espaço escolar, mas se amplia para além dos muros, alcançando o ciberespaço - redes sociais/internet - condição que também reflete na escola.

Conforme nossa participante, o *bullying* está intrínseco à organização escolar e é uma forma de violência contínua e sistematizada demandando ostensivo trabalho de conscientização das crianças e adolescentes além de, “trabalhar, principalmente com os agressores, a fim de que eles busquem compreender qual é esta necessidade que eles têm de agredir” e o que podem fazer para mudar essa atitude. Nesse ínterim, nossa entrevistada

destaca a necessidade de a escola ser um ambiente onde, principalmente as crianças e adolescentes possam se expressar. Segundo ela: “a escola precisa ser um lugar onde as crianças consigam se expressar, e quanto mais essa criança consegue se expressar..., por meio...da linguagem corporal, por meio da linguagem escrita, por meio dos conteúdos ministrados..., menos violência a gente tem..., então quanto mais possibilidades de expressão, menor é a possibilidade de regressão, de...ação ao ato de violência” (PARTICIPANTE, 2023). Diante dessa proposta vale salientar que conforme Souza e Ovidia (2012), apesar da difícil tarefa, acredita-se que para combater a violência deve-se aplicar esforços através de ações de mais tolerância, solidariedade, capacidade de negociação e solução de conflitos, bem como do reconhecimento da cidadania do outro revendo todas as relações sociais.

Além disso, verificou-se também, como resultados, outras formas de violência citadas por nossa participante percebidas no contexto escolar como: “indícios de violência, maus tratos, negligência, abusos sexuais”, das quais, conforme ela, sua principal ação é de acolher, investigar e fazer a ponte entre a escola e os órgãos competentes.

Com relação ao cumprimento da Lei 13.935/2019 que prevê que as redes públicas contratem psicólogos e assistentes sociais para atenderem às demandas educacionais, nossa participante afirma que no município em que ela trabalha como professora universitária já se trabalha em prol da regulamentação e aplicação desta lei. No dia 28 de abril de 2023 foi realizada audiência pública visando a execução da mesma em todo o Estado de Goiás. Sobre essa pauta, no dia 05 de novembro de 2021 o Conselho Federal de Psicologia e as demais entidades interessadas assinaram e divulgam nota de mobilização em prol da garantia da presença dos profissionais da psicologia e do serviço social nas escolas da rede pública de educação básica visto que, esse é um direito conquistado após muita persistência por parte das categorias e que tem tido seu cumprimento protelado por impasses de ordem política, o que induziu as entidades supracitados a se movimentarem de modo a chamar a atenção da sociedade e principalmente a do Estado para que se faça cumprir estes marcos normativos/lei e se percebam a necessidade e importância desse cumprimento na atual conjuntura principalmente em relação às demandas de violência nas escolas (CFP, 2023).

Por fim, pode se afirmar que o psicólogo é imprescindível em todos esses processos, inclusive no enfrentamento da violência, porém, ele é apenas coadjuvante nesse contexto pois, no cumprimento das demandas escolares, sejam de cunho pedagógico, psicológico ou social, faz necessário que haja o engajamento de profissionais trabalhando em equipe multidisciplinar visando suprir todas as demandas produzidas nesse cenário, promovendo um ambiente biopsicossocialmente mais saudável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa possibilitou uma análise sobre como a psicologia escolar pode auxiliar em demandas da escola. Considerando os resultados acima, foi constatado que a Psicologia escolar exerce hoje um papel importante no contexto escolar e no que diz respeito às demandas de violência, esta colabora juntamente com as equipes multidisciplinares, principalmente de modo preventivo criando condições para que se tenha um ambiente mais saudável.

Por meio de nossas pesquisas foi possível compreender que no percurso histórico da psicologia escolar é perceptível como esta evoluiu ao longo dos anos, assim como o reconhecimento de sua importância, o que fica claro principalmente com a promulgação da Lei 13.935/2019.

Nota-se que ainda há um grande percurso a ser caminhado no que diz respeito a implantação desta lei, pois, conforme a nossa entrevistada pontuou, é necessário que haja resolução por parte de outros órgãos, como por exemplo os que estabelecem recursos financeiros para o custeio desses novos profissionais que serão implementados na rede pública.

Diante do exposto, verifica-se que a psicologia escolar caminha hoje para uma maior valorização de sua importância e que isso, demandará das universidades a atualização de seus currículos de modo a abarcar todas as atribuições a esta profissão onde, de modo contemporâneo, ecoam compromissos ético-políticos, afastando-se cada vez mais de um fazer psicológico que se limita a atuação clínica.

Dito isso, espera-se com essa pesquisa que seja possível levar informações a respeito da importância da psicologia escolar e de como esta, trabalhando com a equipe multidisciplinar poderá atender as demandas de violência na escola, assim como desenvolver estratégias de habilidades sociais, tornando esse um lugar de mais tolerância e solidariedade transformando a escola num ambiente de convivência pacífico, democrático e seguro.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. A. M. A consolidação da psicologia no Brasil (1930-1962): sistematização de dados e algumas aproximações analíticas. **Psicologia da Educação**, São Paulo n. 22, p.79-94, 2006.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, v. 12, p. 469-475, 2008.

BARBOSA, D. R. Contribuições para a construção da historiografia da Psicologia educacional e escolar no Brasil. **Psicologia: ciência e profissão**, São Paulo, v. 32, p. 104-123, 2012.

BARBOSA, R. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 27, p. 393-402, 2010.

BERTASSO, Maria Laura Lopes. **Uma análise crítica da Lei nº 13.935/2019 sobre a prestação de serviços de psicologia nas redes públicas de educação básica**. 2022. 91 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade Oeste Paulista - Unoeste, SP, 2022.

BRASIL, **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Congresso Nacional, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm>. Acesso em: 05 de maio. 2023.

BRONDANI R.P.; ARPINI, D.M. Experiências escolares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v.24, n.1, p.73-88, 2019. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0870v24n1a4228>.

CASSINS, Ana Maria *et al.* **Manual de psicologia escolar/educacional**. 21a ed. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, v. 21, 2007.

CARREIRA, Débora Bianca Xavier. **Violência nas escolas: qual o papel da gestão?**. 2005. 130 f. Dissertação (Mestre em Educação) - Curso Política e administração educacional - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei no 13.935 - versão 2021** / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 2. ed.— Brasília: CFP, 2022. 55 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/manual_lei_13935-final-web.pdf. Acesso em: 08 de mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) na educação básica** / Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019. 67 p. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf. Acesso em: 12 de mai. 2023.

CFP; Lei nº 13.935/2019: Entidades seguem unidas e mobilizadas pela garantia da presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas; 18 de mai. de 2023. Disponível em: <https://psicologianaeducacao.cfp.org.br/lei-no-13-935-2019-entidades-seguem-unidas-e-mobilizadas-pela-garantia-da-presenca-de-profissionais-da-psicologia-e-do-servico-social-nas-escolas/>. Acesso em: 06 de mai. de 2023.

DAZZANI, M. V. M. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia: ciência e profissão**, Salvador, v. 30, p. 362-375, 2010.

ESCOLA, Equipe Brasil. "Psicólogo na Escola"; **Brasil Escola**, [sd] Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/psicologo-na-escola.htm>. Acesso em 20 de maio de 2023.

FANTE, Cléo; PRUDENTE, Neemias Moretti. **Bullying em debate**. São Paulo: Editora Paulinas, 2015.

FANTE, Cleodelice Aparecida Zonato. **O fenômeno Bullying: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. 8 ed. São Paulo: Verus Editora, 2005.

FERREIRA, P. C. G.; OLIVEIRA, D. L. S.; TADA, I. N. C. Violência nas escolas: caso de polícia? *In*: BARROSO, S. M. S.; SILVA, G. L. R.; TADA, I. N. C (org.). **Violência na escola: enfrentamentos à luz da psicologia histórico-cultural**. Porto Velho:

FREIRE, A. N.; AIRES, J. S. A contribuição da psicologia escolar na prevenção e no enfrentamento do Bullying. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, p. 55-60, 2012.

FREITAS, Ana Maria Ponce. **Implementação da lei 13935/2019:**(im) possibilidades de atuação das/os psicólogas/os na educação básica. 2020. 57 f. Dissertação (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina 2020.

FREITAS, Ione Campos. **Função social da escola e formação do cidadão**. Disponível em: <http://democracianaescola.blogspot.com/2011/10/cabe-escola-formar-cidadaos-criticos.html>. Acesso em 08 de mai de 2023.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres**. IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia->

[denoticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familiasmais-pobre](#). Acesso em 30 de mai de 2023.

LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. **Comportamento agressivo, vitimização e relações de amizade de crianças em idade escolar: fatores de risco e proteção**. 2005. 146f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Brasília, v. 13, n. 1 p. 169-177, 2009.

MUSSI, R. F. F.; FLORES, F. F.; ALMEIDA, C. B. Pressupostos para a elaboração de relato de experiência como conhecimento científico. **Revista práxis educacional**, Bahia, v. 17, n. 48, p. 60-77, 2021.

NESELLO, F. *et al.* Características da violência escolar no Brasil: revisão sistemática de estudos quantitativos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 14, p. 119-136, 2014.

OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 648-663, 2009.

OLIVEIRA-MENEGOTTO, L. M.; FONTOURA, G. P. Escola e psicologia: uma história de encontros e desencontros. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 19, p. 377-386, 2015.

ORTEGA-RUIZ, R.; DEL REY, R. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília, DF: UNESCO, UCB, 2002.

PEGO, V. O. R. *et al.* O psicólogo escolar como mediador no processo educacional inclusivo. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT**, Alagoas, v. 2, n. 2, p. 185-198, 2014.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. **Bullying e suas implicações no ambiente escolar**. 1 ed. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

PRIOTTO, E. P.; BONETI, L. W. Violência escolar: na escola, da escola e contra a escola. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 09, n. 26, p. 161-179, 2009.

SANTOS, B. O. *et al.* Psicologia escolar e os paradigmas da aprendizagem contemporânea. *In: ATALIBA, P. M. et al. (org.). Educação, Psicologia e paradigmas da educação*. Vitória: Editora Educação Transversal, 2023, cap. 1, p.13 - 39

SILVA, L. O. Bullying nas escolas. **Direito & Realidade**, Monte Carmelo, Direito & Realidade, v.6, n.5, p.27-40, 2018

SILVA, E. H. B.; NEGREIROS, F. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 37, n. 114, p. 327-340, 2020.

SOUZA, K. OVÍDIA J. Violência em escolas públicas e a promoção da saúde: relatos e diálogos com alunos e professores. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 25, n. 1, p. 71-79, 2012.

SOUZA, C.; ALMEIDA, L. C. Bullying em ambiente escolar. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 12, 2011.

SOUZA, L. C. Quando o bullying na escola afeta a vida adulta. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 36, n. 110, p. 153-162, 2019.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicologia escolar e educacional**, São Paulo, v. 13, p. 179-182, 2009.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. Bullying e intervenção no Brasil: um problema ainda sem solução. *In: Leal, I. et al. (org.). 8 Congresso Nacional de Psicologia da saúde: actas.* Lisboa: Instituto Superior de Psicologia aplicada, 2010. p. 487 - 494.

ZEQUINÃO, M. A. *et al.* Bullying escolar: um fenômeno multifacetado. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, p. 181-198, 2016.

Apêndice A**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Eu, Regina Flávia de Lima e Silva - RA 38854

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO (X)

NÃO AUTORIZAÇÃO ()

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: O papel da psicologia escolar diante de contextos de violência nas escolas de autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do Prof. Me. Wanderson Barreto.

Curso: Psicologia - Modalidade afim: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.


Assinatura do representante do grupo



Assinatura do Orientador (a):

Goiânia, 26 de julho de 2023.

ANEXO A – ENTREVISTA 2020

Informações iniciais sobre o profissional entrevistado

Nome:

Tempo de formação:

Onde se formou:

Titulação:

Início das atividades como Psicóloga Escolar:

Perguntas:

1. Como ocorreu a sua aproximação com a Psicologia Escolar?
2. No seu ponto de vista quais são os requisitos para a formação do profissional da sua área de atuação? Seu curso de formação atendeu a esses requisitos?
3. Quais as vantagens de escolher essa área e que conselhos daria a quem deseja ingressar na profissão?
4. Onde e como é seu local de trabalho
5. Quais atividades você realiza como psicólogo escolar?
6. No início da atuação, quais os possíveis “erros”, os psicólogos escolares podem vir a cometer?
7. Nas suas atividades, você certamente trabalha com outros profissionais. Como é sua relação profissional com eles? Ocorre algum tipo de impedimento? Você se vê valorizada?
8. Como o psicólogo pode trabalhar temas do cotidiano na escola, como as drogas e a violência?
9. De que maneira as demandas chegam até você? Iniciativa própria, encaminhadas a você diretamente, encaminhadas à instituição?
10. Considerando que são diversos os casos que ocorrem no ambiente escolar, como se dá a ligação/parceria com órgãos (como o conselho tutelar) ou outros profissionais (como o psiquiatra)?
11. Quais seriam as questões teórico-práticas presentes na relação entre Psicologia e Educação no momento atual? Nesse contexto de pandemia, o que mudou na sua atuação?
12. Sabemos que dentro dessa área vocês lidam com pais, educadores, alunos, com quais desses, geralmente encontra-se maior dificuldade ao atuar, se é que ela existe?

13. Você lida com preconceito dos pais dentro das escolas em relação a crianças e adolescentes que necessitam de acompanhamento?
14. Temos presenciado hoje que, ao menor “desvio de conduta” do aluno, o mesmo é “diagnosticado” com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção Hiperatividade) e normalmente se indica o uso da Ritalina. Como você vê a questão da medicalização na escola e como atua nesse contexto?
15. Qual é hoje, ao seu ver, a situação da psicologia escolar após a promulgação da Lei 13.935/2019, que garante atendimento de psicólogo a alunos de escolas públicas?
16. Existe alguma diferença na atuação do psicólogo nas escolas particulares e públicas? Saberá falar sobre?
17. Como é a atuação com crianças e adolescentes PcD - (Pessoa com Deficiência)?
18. Qual a situação atual do mercado de trabalho na sua área para os recém-formados? E para os mais experientes?
19. Você já teve que encaminhar algum caso para o comitê de ética?
20. Você já teve alguma experiência, algo que te marcou, que poderia ou gostaria de compartilhar?

ANEXO B – ENTREVISTA 2023

1. Em nossa entrevista em 2020, fizemos a você a seguinte pergunta: **“Qual é hoje, ao seu ver, a situação da psicologia escolar após a promulgação da Lei 13.935/2019, que garante atendimento de psicólogo a alunos de escolas públicas?”**. O que mudou após 2 anos e meio?
2. Outra pergunta feita a você em 2020 foi **“Como o psicólogo pode trabalhar temas do cotidiano na escola, como as drogas e a violência?”**. Nesse segundo momento gostaríamos que você acrescentasse algo relacionado às ameaças de atentados que tem sido assunto recorrente nos noticiários e às violências praticadas dentro das escolas, que era visto como um lugar seguro, propiciador do processo de aprendizagem e de desenvolvimento social do indivíduo e como o cumprimento da Lei 13.935/2019 pode auxiliar essa demanda?
3. Para você existe relação entre a influência das mídias sociais como redes sociais, jogos, filmes e séries dentre outros, nas formas de violência que ocorrem nas escolas? Se sim, como isto ocorre?
4. Quanto ao Bullying, especificamente, quais intercorrências você percebe na sua experiência na escola e o que o psicólogo escolar pode fazer a respeito?

5. Em nossas pesquisas encontramos algumas relações entre violência doméstica e atos de violência nas escolas, tanto no que diz respeito a fragilidade do sujeito que se torna uma vítima de ataque quanto do sujeito que pratica tais atos. Você percebe uma relação entre práticas de violência nas escolas e com as violências domésticas?
6. Considerando a ocorrência de ameaça de atentado ou o ato em si, quais são as medidas tomadas pelo psicólogo escolar junto a alunos, professores e familiares no pós-evento?
7. Você tem alguma experiência nesse contexto que poderia compartilhar ou algo que não foi pontuado por nós que seria interessante acrescentar?